DIREITO DO CONSUMIDOR
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Direito do Consumidor visa a regulamentar as relações de consumo, tendo em vista a nítida desigualdade entre as partes envolvidas: consumidor e fornecedor. Objetiva, dessa forma, efetivar o princípio da igualdade nas transações consumeristas segundo a máxima deste princípio que pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual. O Curso foi idealizado visando compreender o Direito do Consumidor sob uma perspectiva moderna e interdisciplinar, tem como objetivo ampliar e desenvolver os conhecimentos obtidos na graduação, focando a área de relações de consumo em seus aspectos interdisciplinares, analisando os interesses contrapostos de consumidores e fornecedores com vistas a viabilizar formas de harmonização desses interesses, dentro das perspectivas da política nacional de relações de consumo adotada pelo Código de Defesa do Consumidor.

OBJETIVO

Possibilitar aos alunos informações relevantes acerca da legislação brasileira relativa a Direitos do Consumidor, sua aplicação e principais entraves de sua eficácia.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4701	**Teoria Geral do Direito do Consumidor e o Cdc**	**45**

APRESENTAÇÃO

Código de Defesa do Consumidor. Política nacional das relações de consumo. Conceitos e relação entre consumidor e fornecedor. Prevenção e reparação de danos. Responsabilidade por fato e vício do produto e serviço. Garantia legal e contratual dos produtos e serviços. Oferta e publicidade. Sanções.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o Histórico do direito do consumidor.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber a defesa do consumidor como direito fundamental e princípio da ordem econômica;
- Diferenciar os Princípios informadores do direito do consumidor;
- Identificar os Princípios específicos do direito do consumidor previstos na lei nº.8.078/90.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

HISTÓRICO DO DIREITO DO CONSUMIDOR EVOLUÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL A DEFESA DO CONSUMIDOR COMO DIREITO FUNDAMENTAL E PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO ELEMENTOS DA RELAÇÃO DE CONSUMO CONCEITO DE CONSUMIDOR DO CDC CONCEITO DE FORNECEDOR CDC CONCEITO DE SERVIÇO PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO DO CONSUMIDOR PRINCÍPIOS QUE INFORMAM O DIREITO DO CONSUMIDOR, PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR PREVISTOS NA LEI Nº. 8.078/90 RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO A TEORIA DO RISCO DA ATIVIDADE RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO = ACIDENTE DE CONSUMO RESPONSABILIDADE CIVIL POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO RESPONSABILIDADE CIVIL POR VÍCIO DO PRODUTO QUADRO COMPARATIVO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CDC: GARANTIAS A PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CC PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CDC DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PROTEÇÃO CONTRATUAL E PRÁTICAS COMERCIAIS ABUSIVAS PRÁTICAS COMERCIAIS DA COBRANÇA DE DÍVIDAS DA PROTEÇÃO CONTRATUAL DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DAS INFRAÇÕES PENAIS DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL JUNIOR, Alberto do. A boa-fé e o Controle das Cláusulas Contratuais abusivas nas relações de consumo. Revista de Direito do Consumidor, n. 06, abril/junho-1993. p.27 ANDRADE, Ronaldo Alves de. Curso de Direito do Consumidor. Barueri: Manole, 2006, p. 194- 195.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. REsp 744.602, Rel. Min. Luiz Fux. Diário da Justiça, Brasília, 15 mar.2007).

FIUZA, César. Por uma redefinição de contratualidade. In: Galuppo, Marcelo Campos (Coord). O Brasil que queremos : reflexões sobre o Estado Democrático de direito. Belo Horizonte: Puc Minas, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MIRAGEM, Bruno. Direito do Consumidor como direito fundamental consequências jurídicas de um conceito. Revista Direito do Consumidor, n 43, 2007.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire; FIUZA, César (Coord). Direito Civil: Atualidades. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

NETTO, Felipe Peixoto Braga. Manual do Direito do Consumidor à luz da Jurisprudência do STJ. Salvador: Editora Jus Podivm, 2009. PRUX, Oscar Ivan. Responsabilidade Civil do Profissional Liberal no Código de Defesa do Consumidor. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço : código de defesa do consumidor – lei 8.078/90. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. STOCO, Rui. Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial : Doutrina e Juri prudência. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

PERIÓDICOS

TAVARES, Fernando Horta. Novos paradigmas dos contratos, o declínio do princípio da autonomia da vontade e a proteção contra cláusulas abusivas. Revista da Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, v.3, n.5 e 6, pág. 75- 82, 1º e 2º semestre de 2000.

4703	**Concorrência, Relações de Consumo e Agências Reguladoras**	**60**

APRESENTAÇÃO

Conceito de consumidor. Relações de Consumo. Agentes equiparados a consumidores. Conceito de fornecedor. Relação de consumo. Princípios clássicos do contrato e a nova teoria contratual. Função social dos contratos. Princípio da boa-fé objetiva. Princípio da confiança. Princípio da transparência.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a relação de consumo e conceito de consumidor.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar princípios norteadores da relação de consumo na formação e execução dos contratos;
- Identificar exercício do poder normativo pelo poder executivo;
- Saber as cláusulas abusivas ao consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DE CONSUMO E CONCEITO DE CONSUMIDOR AGENTES EQUIPARADOS A CONSUMIDORES CONCEITO DE FORNECEDOR RELAÇÃO DE CONSUMO NOVA RACIONALIDADE JURÍDICA: DOS PRINCÍPIOS CLÁSSICOS À FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO PRINCÍPIOS CLÁSSICOS DO CONTRATO E A NOVA TEORIA CONTRATUAL FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA RELAÇÃO DE CONSUMO NA FORMAÇÃO E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA PRINCÍPIO DA CONFIANÇA PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NOÇÃO DE OFERTA DO ART. 30 DO CDC DEVER DE INFORMAR EQUIDADE CONTRATUAL INTERPRETAÇÃO PRÓ-CONSUMIDOR CLÁUSULAS ABUSIVAS INVALIDADE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS EQUILÍBRIO MÍNIMO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS AGÊNCIAS REGULADORAS HISTÓRICO DA REGULAÇÃO ASPECTOS JURÍDICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS EXERCÍCIO DO PODER NORMATIVO PELO PODER EXECUTIVO PODER NORMATIVO LATO SENSU PODER REGULAMENTAR (ART. 84, IV, CF 88) DECRETO-AUTÔNOMO (ART. 84, VI, CF 88) PODER REGULADOR (REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA) CONTROLE LEGISLATIVO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADE, Manoel A. Domingues de. Teoria geral da relação jurídica: sujeito e objeto. V.1, Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

BRASIL. Código Civil. Lei 10.406 de 10.01.02. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BRASIL. Código do Consumidor. Lei 8.078 de 11.09.90. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5.10.1988. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: direito de empresa. 3. vol., 7. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Daniela Moura. O contrato de consumo: e os princípios informadores no novo Código Civil. Revista de Direito do Consumidor, n. 49. São Paulo: Editora Revista dos tribunais. Janeiro-março de 2004. p.177-193.

GOMES, Orlando. Contratos. 26. ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 11. ed., São Paulo: Malheiros Editores. 2006.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. O aspecto distributivo do direito do consumidor. Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro, n. 123, Ano XL. São Paulo: Malheiros Editores, julho-setembro de 2001.

NALIN, Paulo. Do contrato: conceito pós-moderno (em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional), vol. II, Curitiba: Editora Juruá. 2001.

NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 2006.

PERIÓDICOS

SCHMITT, Cristiano Heineck. As cláusulas abusivas no código de defesa do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, n. 33. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, Janeiromarço de 2000, p. 161-181.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**30**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4702	**Tutela Civil, Administrativa, Penal e Jurisdicional**	**60**

APRESENTAÇÃO

Tutela dos direitos. Tutelas específicas. Direito à construção da ação adequada ao caso concreto e à tutela do direito material. Técnica processual e tutela dos direitos. Adequação do processo às necessidades carentes de tutela à luz da dogmática do controle da constitucionalidade no caso concreto.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a tutela civil, administrativa, penal e jurisdicional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Interpretar o direito de acesso aos tribunais;
- Saber as responsabilidades por violação de direitos fundamentais;
- Identificar o processo de fiscalização abstrata preventiva da constitucionalidade e da legalidade

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TUTELA CIVIL, ADMINISTRATIVA, PENAL E JURISDICIONAL OS TRIBUNAIS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS O DIREITO DE ACESSO AOS TRIBUNAIS RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS RESPONSABILIDADE DO ESTADO RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR RESPONSABILIDADE CRIMINAL RESPONSABILIDADE CIVIL RESPONSABILIDADE POLÍTICA JUSTIÇA COMUM E A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS JUSTIÇA ADMINISTRATIVA JUSTIÇA PENAL JUSTIÇA CIVIL A JUSTIÇA CONSTITUCIONAL O OBJETO DE CONTROLO DA CONSTITUCIONALIDADE O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO ABSTRATA PREVENTIVA DA CONSTITUCIONALIDADE E DA LEGALIDADE REQUISITOS OBJETIVOS REQUISITOS SUBJETIVOS REQUISITOS TEMPORAIS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO ABSTRATA SUCESSIVA DA CONSTITUCIONALIDADE E DA LEGALIDADE REQUISITOS OBJETIVOS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO REQUISITO OBJETIVO DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS QUESTÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDÊNCIA DA QUESTÃO REQUISITO SUBJETIVO: A LEGITIMIDADE PROCESSUAL ATIVA TIPOS DE DECISÕES DO JUIZ A QUO RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA REQUISITO SUBJETIVO: A LEGITIMIDADE PROCESSUAL ATIVA DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. 2ª ed, tradução da 5ª edição alemã. São Paulo: Malheiros, 2011.

ÁVILA, Humberto Bergmann. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade.

RDA 215. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CASTRO, Cássio Benvenutti de. Decadência da potestade invalidante do ato administrativo. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF, n. 105, abril/2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FELDENS, Luciano. A constituição penal: a dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. Direitos fundamentais. Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais. Trad. Alexandre Salim; Alfredo Copetti Neto; Daniela Cademartori; Hermes Zaneti Júnior; Sérgio Cadermatori. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

GUASTINI, Riccardo. Os princípios constitucionais como fonte de perplexidade. Trad. Anderson V. Teixeira. In TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; OLIVEIRA, Elton Somensi (org.). Correntes contemporâneas do pensamento jurídico. Barueri: Manole, 2010. LOPES JR., Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade constitucional). 4ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. LUHMANN, Niklas. Introdução à teoria dos sistemas. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2009.

PERIÓDICOS

MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

4705	**Comércio Eletrônico, Internacional e Transgênicos**	**45**

APRESENTAÇÃO

Panorama Internacional. Evolução do e-commerce no Brasil. Conceitos básicos. Perfil do profissional de e-commerce. Análise de setores. Cenários. Iniciação em Plataformas Digitais. Definição de comércio eletrônico e seus elementos; questões gerenciais logísticas – conceitos, evolução, características; potencialidades do marketing na internet; requisitos legais; aspectos de segurança; transações no comércio eletrônico; questões contratuais e legais.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os conceitos, evolução, características, potencialidades do marketing na internet, requisitos legais, aspectos de segurança, transações no comércio eletrônico e suas questões contratuais e legais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber a logística e as exigências do comércio eletrônico;
- Interpretar os principais problemas de segurança;
- Descrever a tutela jurídica do consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTERNET E COMÉRCIO ELETRÔNICO A INTERNET COMO INSTRUMENTO DE MARKETING POTENCIALIDADES DO MARKETING NA INTERNET MARKETING ONE-TO-ONE VS. MARKETING TRADICIONAL A LOGÍSTICA E AS EXIGÊNCIAS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO SEGURANÇA E PAGAMENTO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO RAZÕES, RESPONSÁVEIS E IMPLICAÇÕES DA INSEGURANÇA PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA CRONOLOGIA DA SEGURANÇA EM REDES FORMAS DE PAGAMENTO VIRTUAL QUESTÕES CONTRATUAIS E LEGAIS CONTRATOS VIRTUAIS A TUTELA JURÍDICA DO CONSUMIDOR.

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito internacional privado. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BALLOU, Ronald H. Logística empresarial. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

CUNHA, João C. & CUNHA, Sieglind K.. Relacionamento cliente-fornecedor nas cadeias produtivas da indústria paranaense. In: Encontro Anual da ANPAD, 21. Rio de Janeiro, 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FUHRER, Maximilianus C. Américo. Resumo de obrigações e contratos. 14 ed. São Paulo:Malheiros Editores, 1997.

GOMES, Orlando. Contratos. 18 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

GONÇALVES, Alberto, BARROS, António Carlos, RIBEIRO, David, COSTA, Luis.Comércio Electrónico. Universidade do Minho, 1999.

PONTES DE MIRANDA, F.C. Tratado de direito privado. Rio de Janeiro: Borsoi, V. 38. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

PERIÓDICOS

PISTELLI, Daniela. Criptografia. UFRJ, 1999. Artigo disponível em (http://www.nucc.pucsp.br/novo/cripto/cripto.html).

4704	**Contratos, Práticas Comerciais e Sua Responsabilidade**	**45**

APRESENTAÇÃO

Teoria Geral dos Contratos Empresariais. Contratos em Geral vs. Contratos Empresariais. Contratos Empresariais em Espécie. O Direito e os Negócios. Análise Prática e Aplicação de Conceitos em Situações Concretas.

OBJETIVO GERAL

Especializar em Teoria Geral dos Contratos Empresariais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar os Princípios gerais dos contratos;
- Saber os Requisitos de existência e de validade contratual;
- Reconhecer as Classificação dos contratos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

REVISÃO DE CONTRATOS PRINCÍPIOS GERAIS DOS CONTRATOS REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E DE VALIDADE CONTRATUAL CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS FORMAÇÃO DOS CONTRATOS EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR VÍCIOS REDIBITÓRIOS.

REFERÊNCIA BÁSICA

MARQUES, Cláudia Lima, BENJAMIN, Antônio Herman V. E MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: arts. 1º ao 74: aspectos materiais, São Paulo: Editora RTr, 2003.

SIPOU, J. M. Othon. Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria dos contratos, 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcos Cláudio. Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva, 12 ed. Ampl, rev. E atual., São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do Consumidor, São Paulo: Saraiva, 2003.

GAMA, Hélio Zaghetto. Curso de Direito do Consumidor, 2 ed., rev. Ampl. Atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do ante projeto, 8 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor: com exercícios, 2 ed. Rev., mod. E atual., São Paulo: Saraiva, 2005.

PERIÓDICOS

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 5. ed., rev. e atual., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4706	Direitos Constitucionais e Direitos Fundamentais	45

APRESENTAÇÃO

Direitos fundamentais: teoria geral e espécies. fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre os direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, tornando-o apto a invoca-los em juízo e fora dele.

OBJETIVO GERAL

Fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre os direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, tornando-o apto a invocá-los em juízo e fora dele.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar sobre os Direitos fundamentais em espécie;
- Descrever sobre a Proibição da tortura (art. 5.º, iii);
- Identificar as Ações constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE PROIBIÇÃO DA TORTURA (ART. 5.º, III) LIBERDADE DA MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO (ART. 5.º, IV E V) AÇÕES CONSTITUCIONAIS HABEAS CORPUS (ART. 5.º, LXVIII) MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5.º, LXIX) HABEAS DATA (ART. 5.º, LXXII)

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADE, José Carlos Vieira de. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. Coimbra: Almedina, 1987.

ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AVELAR, Mateus Rocha. Manual de Direito Constitucional. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. A nova interpretação constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.

DORNELLES, João Ricardo W. O que são direitos humanos. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOSURDO, Domenico. Marx: A Tradição Liberal e a Construção Histórica do Conceito Universal de Homem. In Educação e Sociedade – Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas: CEDES, 1996, nº. 57.

MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de nacionalidade: Estudos de Direito Constitucional. 2 ed. São Paulo: Celso Bastos Publicação do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Direitos Humanos Fundamentais. 11ª ed. Rev. E aum. – São Paulo: Saraiva, 2009.

4708	Fundamentos do Direito do Consumidor	30

APRESENTAÇÃO

A proteção do consumidor no direito alienígena (comparado e internacional) o porquê da tutela? A evolução legislativa brasileira. A tutela do consumidor a nível constitucional.

OBJETIVO GERAL

Garantir a proteção ao consumidor como direito fundamental.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber diferenciar a dignidade do consumidor e direitos da personalidade;
- Identificar a tutela do consumidor e o princípio da solidariedade;
- Explicar a tutela do consumidor a nível constitucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS AO DIREITO CONSUMIDOR E OS DIREITOS SOCIAIS DO HOMEM CONSUMIDOR A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR COMO DIREITO FUNDAMENTAL E UMA CLÁUSULA PÉTREA DIGNIDADE DO CONSUMIDOR E DIREITOS DA PERSONALIDADE A TUTELA DO CONSUMIDOR E O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AS RELAÇÕES DE CONSUMO E O SURGIMENTO DA TUTELA DO CONSUMIDOR TERMINOLOGIA A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO DIREITO ALIENÍGENA (COMPARADO E INTERNACIONAL) O PORQUÊ DA TUTELA? A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA A TUTELA DO CONSUMIDOR A NÍVEL CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIA BÁSICA

AFFONSO, Paulo. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 76.

BOLZAN, Fabrício. Direito do Consumidor Esquematizado. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. Proteção ao Consumidor, Vol. 7, Ed. RT-1993, cit. P 15.

LUCCA, Newton De. Direito do Consumidor, 2ª Edição, Ed. Edipro, São Paulo-2000, cit. P. 20.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código de Processo Civil. Porto Alegre, Verbo Jurídico, 2002.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. ROSA, Josimar Santos. Relações de consumo: a defesa dos interesses de consumidores e fornecedores. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2004. _____. Código de Defesa do Consumidor Anotado e legislação complementar. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PERIÓDICOS

HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição, Editor Sergio Antônio Fabris, Porto Alegre-1991, p. 19. Fonte: http://www.conjur.com.br/2015-jul-20/eujecio-coutrim-dignidade-consumidordireitos-personalidade.“(Virgílio Afonso da Silva, A constitucionalização do direito. Os direitos fundamentais nas relações entre particulares, São Paulo: Malheiros, 2005, p. 22).

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se a bacharéis em Direito, Procuradores, assessores e consultores da Administração Pública em geral, de todas as esferas de governo e órgãos de poder, inclusive magistrados, integrantes do Ministério Público, delegados de Polícia, advogados, assessores e consultores do setor privado, compreendendo empresas, escritórios de advocacia, profissionais liberais graduados em Direito.